

Língua e sociedade

Identificados pelo *Handbook of South American Indians* como Jê, subdivisão Akwe, os Xakriabá também foram identificados pelo lingüista Aryon Dall'Igna Rodrigues como pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, família Jê, e a língua Xakriabá como um dialeto de falantes da língua akwen.

Como os demais Akwen – **Xavante** e **Xerente** –, os Xakriabá vivem em região de campo e tinham uma organização social complexa, articulada pela presença de metades clânicas. A posição destes clãs no ordenamento espacial da aldeia era calcada no quadrante solar.



Os Xakriabá, grupo originalmente caçador e coletor, viram tornar-se inoperante o seu sistema produtivo com a fixação das frentes pecuárias no seu território. Ao serem aldeados, o primeiro efeito concreto foi a redução da extensão do seu antigo território, o que diminui as oportunidades de obtenção de alimentos e de outros produtos necessários à confecção de artefatos.

A presença de membros da sociedade nacional, alterando o ecossistema e competindo por alimentos, tornou impossível a sobrevivência do grupo nos moldes tradicionais de sua organização social e política. A necessidade de obtenção de formas alternativas de subsistência e a pressão da sociedade envolvente levaram o grupo a adotar a agricultura segundo o modelo regional como forma predominante de atividade econômica.

No entanto, os Xakriabá desconhecem o conceito de propriedade privada no que tange à posse da terra. Os critérios que adotam para definir o acesso à posse baseiam-se na maturidade do indivíduo, geralmente identificados a partir da efetiva constituição de uma família. O novo chefe de núcleo familiar tem o direito de optar

por qualquer parte da terra para instalar sua roça e construir sua casa. Porém, parece haver uma tendência à matrilocidade do novo casal, instalando-se, em geral, na aldeia dos pais da noiva e próximo à roça destes.

Os vínculos de solidariedade manifestam-se de forma mais clara entre os membros da família extensa e membros da mesma aldeia e, de forma mais esporádica, entre todos os Xakriabá. As formas mais comuns de trabalho coletivo na agricultura são a “união”, “ajuntamento”, mutirão e “adjutório”.

A “união” é hoje a forma predominante de trabalho coletivo. Consiste na preparação de roças comunais, geralmente pertencentes a membros de uma mesma família extensa ou da mesma aldeia. A separação entre as parcelas de roça, próprias de cada família nuclear, é uma pequena e simbólica cerca de feijão-andu. Os excedentes de cada parcela de roça familiar são trocados, internamente, entre os participantes da família ou aldeia. A coordenação do serviço é feita pelo chefe da família ou pelo líder da aldeia. Não há qualquer forma de remuneração pelo trabalho realizado, mesmo para os membros da família que não recebem lotes de terra, ou porque não casaram, ou porque têm roça noutra ponto da TI.

O “ajuntamento” é uma forma de obtenção de mão-de-obra necessária para o aceleração das atividades produtivas, em momentos cruciais: coivara, limpeza da terra, plantação e colheita. Nessa modalidade de cooperação também estão envolvidos membros da família extensa ou da aldeia. Constitui-se na troca de dias de trabalho entre os diversos membros do grupo, e seu ciclo se encerra quando todos os participantes receberem o seu dia de trabalho comum. Há vários ciclos de ajuntamento, até que todas as necessidades de trabalho intensivo sejam completadas.

O “mutirão” é, hoje, pouco usado pela comunidade e, quando ocorre, é de forma simplificada, nem sempre seguida de festa, com sanfoneiros e violeiros, ou mesmo de um grande almoço, embora sempre haja cantos e comida para todos. Nesta forma de cooperação não há compromisso de ressarcimento do dia de trabalho ou qualquer outra forma de pagamento.

O “adjutório”, por sua vez, consiste na troca de trabalho entre parentes para as pequenas tarefas que não exigem uma participação massiva da comunidade para sua concretização. A divisão do trabalho agrícola se faz por sexo e idade. Há exclusão do trabalho feminino na derrubada da roça. Nas demais etapas, a

participação feminina se faz presente. O modelo de atividade agrícola dominante é a roça-de-toco, que consiste na derrubada das árvores de maior porte, na queima após a abertura dos aceiramentos, e na limpeza parcial do terreno. A permanência dos galhos e tocos, além da vegetação rasteira para a queima, é justificada pelos índios como forma de garantir a riqueza do solo. As árvores, por exemplo, são cortadas na altura de 60 cm do solo, advindo daí a denominação de roça-de-toco.

Nas roças feitas nos lugares secos planta-se, geralmente, o feijão-andu e outras modalidades do mesmo tipo, além da mandioca, da batata-doce e do gergelim. A agricultura desenvolvida nos baixios é diferente quanto ao método de plantio e aos produtos cultivados. Por ser uma área muito fértil e irrigada, a intensidade da exploração é maior. Lá são plantados feijão das águas, arroz, banana, cana-de-açúcar, milho, cará, mamão, fumo, mamona, alho e cebola.

A cana-de-açúcar é transformada em rapadura em engenhos comunitários, aos quais todos que plantam cana têm acesso. Esse produto é de grande importância como forma de acesso ao mercado regional, garantindo ao grupo a obtenção de bens não produzidos pelos Xakriabá: café, roupas, cigarros, sal, fósforos, etc. Há ainda pequeno criatório de gado por várias famílias. E quase todos têm cavalos, elemento fundamental para a circulação das pessoas na TI.

Descendência e casamento

A lembrança dos nomes dos ancestrais costuma ocorrer até a quarta geração anterior. Ao ocorrer a ausência do nome, os Xakriabá chamam o seu ancestral pela designação que atribuem ao ser mítico protetor da comunidade, Yayá, a onça-cabocla, que se transforma na figura da índia Yndaiá, que se confunde com "a índia braba apanhada a dente de cachorro pelos brancos". [sobre esse assunto, ver item Mitologia e rituais]

Os casamentos preferenciais entre os Xakriabá ocorriam entre primos, mas essa prática foi fortemente desestimulada por representantes da Igreja Católica, os quais cobravam multas para os primos que pretendiam se casar.

Os Xakriabá casam muito cedo, em torno de 14 a 16 anos de idade. Os noivos, após o casamento, geralmente vivem por um ano na casa dos pais da noiva, a não ser que os pais do noivo tenham melhor condição. Este período de um ano é o tempo necessário para a construção da casa e a abertura da roça para o novo casal.

Podem, então, instalar-se por conta própria, geralmente na aldeia dos pais. Isso porque as alianças se estabelecem, preferencialmente, entre membros de um mesma aldeia e/ou de uma mesma família.

Outra forma de parentesco bastante respeitada e valorizada pelos Xakriabá é o compadrio. Porém, a identificação do compadre não se faz pelos padrões regionais. O compadre é aquele companheiro de ritual que, como o seu par, pode falar com a onça Yayá.

Fonte: Site Povos Indígenas no Brasil / Instituto Socioambiental – ISA